

## I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

*O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.*

### **Monteiro Lobato & Cia. Uma Experiência Editorial**

Juliana Siani Simionato

A situação do comércio livreiro é desalentadora no Brasil de meados da década de 1920, os pontos de venda são escassos e limitados aos bairros mais ricos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maior parte do negócio é baseada na importação de obras, principalmente de Portugal e França.

Os nomes mais consagrados da literatura brasileira continuam vendendo, mas em edições da Garnier impressas em Paris. O único romancista nacional da época que consegue algum êxito continuado é Coelho Neto, que fora publicado no Porto pela Livraria Chardron de Lello e Irmão e tinha mais leitores em Portugal que no Brasil.

Nesse mesmo intervalo, registrou-se um crescimento das indústrias, principalmente têxtil e de produtos alimentícios, pois o período após a Primeira Guerra fez com que os pequenos investidores se sentissem mais animados com o clima de aparente prosperidade econômica. Até mesmo a incipiente indústria de papel quis organizar-se para controlar o mercado consumidor, os Klabin e Weiszflogs (Melhoramentos), inicialmente importadores de papel passaram a produzi-lo.

Esse é o quadro do mercado brasileiro quando Lobato se muda para São Paulo, praticamente nulo no que diz respeito a publicações. Na capital paulista, além das colaborações no periódico *O Estado de S. Paulo*, Lobato também produz para a *Revista do Brasil*. Fundada em janeiro de 1916 por Júlio de Mesquita, Luís Pereira Barreto e Alfredo Pujol, a revista, que era de veiculação mensal,

Tornara-se mesmo o mais lido, o mais importante veículo cultural do país. Não sendo publicação de caráter popular, possuía, contudo, intensa penetração nos meios intelectuais, e aparecer em suas páginas, constituiu, por muitos anos, o sonho de todo estrepante, de todo o candidato à glória no país das letras. [...] O programa da revista era muito claro e simples: formar uma consciência nacionalista. O Brasil atravessava então um período difícil, e a guerra se prolongava nos campos europeus. Mais dia, menos dia, formaríamos entre os beligerantes, embora simbolicamente. A nação, pelas suas vozes mais autorizadas, era toda aliadófila. É fácil compreender tal estado de espírito, pois até então vivíamos mentalmente na França. De Paris vinham as modas literárias. Era em francês que nossos homens cultos se entendiam. Pensávamos no idioma de Racine. [...] O plano da *Revista do Brasil* era contribuir para o conhecimento do país, provocando, para isso, estudos do passado e estimulando todas as energias atuais para um trabalho de observação e criação científica e literária que deixasse bem patente, a todos, a profundez e a riqueza dos nossos tesouros intelectuais<sup>1</sup>.

Procurando sempre influir na orientação da revista na qual colabora e de que tanto gosta, depois de pouco tempo Monteiro Lobato é convidado a dirigi-la. Seus planos, porém, são outros. Considera-se “um burrinho muito rebelde e chucro para ter

---

<sup>1</sup> Edgard Cavalheiro, *Monteiro Lobato: Vida e Obra*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955, pp. 187-188.

patrão”<sup>2</sup> e iria ter dois na *Revista*, Júlio de Mesquita e Alfredo Pujol. Em lugar da direção, propõe a compra da empresa que apresentava então um balanço deficitário (no ano anterior acusara um passivo de dezesseis contos para um ativo de apenas três). Como a experiência com a edição de *O Saci Pererê* fora animadora, pensa que adquirindo a *Revista do Brasil* logo poderá torná-la base de uma casa editora, idéia que há tempos vinha acalentando. O negócio é definitivamente fechado em maio de 1918, por dez contos uma assembléia extraordinária da sociedade anônima transfere a propriedade do mensário para Monteiro Lobato.

A opção por um ramo de negócios até então monopolizado apenas por investidores estrangeiros foi feita sem muitas pretensões por Lobato e

Convém recordar que até então não tínhamos tido verdadeiramente um editor nacional. Éramos um país sem leitores e sem oficinas tipográficas e os raros escritores que conseguiam aparecer mandavam seus originais para Portugal. O Garnier, Briguier, Garraux e outras casas francesas que imprimiam suas edições em Paris, estavam, desde o fim do século, em decadência, seus lançamentos se espaçavam cada vez mais. Existia Francisco Alves, porém especializado em obras didáticas. [...] Sem a possibilidade de se imprimirem, os intelectuais se retraíam, caindo a produção brasileira em estado de lastimável pasmação<sup>3</sup>.

Lobato começou como editor lançando o Lobato escritor, ao publicar *Urupês* na seção de obras do jornal *O Estado de S. Paulo* com a chancela Edições da Revista do Brasil. Segundo ele, resolveu fazer o livro de contos – a maioria deles já publicados – a conselho de Plínio Barreto, que conhecia o material e afirmava convictamente que o público iria se animar. De quando decidiu imprimir a obra, como mal conhecia o ramo, diz “Nem pensei em editor. Nem sabia da existência de editores!... Fui mandando aquilo para a tipografia e pronto”<sup>4</sup>. Inicialmente o livro seria batizado de *Doze Mortes Trágicas*, mas depois de diversas sugestões contrárias a esse título, o autor decidiu pelo nome de um dos catorze textos que fazia parte da coletânea. *Urupês* é palavra que vem de suas recordações de infância; quando garoto, toda vez que sua mãe o mandava fazer qualquer coisa e ele mostrava corpo mole, ela dizia: “Anda menino! Parece urupê de pau podre!”<sup>5</sup> e assim, quando precisou nomear a classe do Jeca, não teve dúvidas.

Assim que o livro saiu, em uma tiragem de mil exemplares, Lobato tratou de distribuí-lo e teve logo sua primeira decepção. Havia em todo Brasil apenas trinta e poucas livrarias em situação de recebê-lo e oferecê-lo ao público. Inconformado com a situação, elaborou uma maneira de tentar contorná-la e dirigiu-se ao Departamento dos Correios, lá solicitou uma lista de todas as agências postais espalhadas pelo país – pouco mais de mil – e redigiu uma carta-circular endereçada a cada um desses postos, pedindo a indicação de firmas ou casas locais que pudessem receber certa mercadoria chamada “livro”. Para sua surpresa, obteve resposta de quase todas as localidades e de posse de nomes e endereços assim conseguidos, entrou em contato com seus possíveis clientes através de uma circular com uma proposta bem original:

Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada “livro”? V. S<sup>a</sup> não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro, batata, querosene ou bacalhau. E como V. S<sup>a</sup> receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais “livros”, terá

---

<sup>2</sup> Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p. 372.

<sup>3</sup> Edgard Cavalheiro, *op. cit.*, p. 241.

<sup>4</sup> Monteiro Lobato, *Prefácios e Entrevistas*, 5. ed., Brasiliense, 1951, p. 211.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 195.

uma comissão de 30%; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa<sup>6</sup>.

E, para felicidade total do novo editor, quase todos aceitaram. Dessa maneira, Lobato passou dos trinta e poucos pontos de venda anteriores – as livrarias – para mil e tantos, entre os quais havia lojas de ferramentas, farmácias, bazares, bancas de jornais, papelarias etc. O comércio livreiro, que se arrastava numa rotina insípida, ganhou um impulso inusitado. As edições que antes não ultrapassavam quatrocentos ou quinhentos exemplares, e assim mesmo espaçadas, pulam quase imediatamente para três mil, e começam a surgir quatro, cinco, seis e até mais livros por mês.

Quando Monteiro Lobato apareceu anunciando suas edições pelos jornais, o escândalo assumiu grandes proporções, pois ninguém compreendia que livro fosse mercadoria anunciável. No seu entender “livro não é gênero de primeira necessidade [...] é sobremesa: tem que ser posto embaixo do nariz do freguês, para provocar-lhe a gulodice”<sup>7</sup>, logo, tinham de ser divulgados. No entanto, para a sociedade da época isso parecia um rebaixamento dos valores intelectuais, que deviam permanecer em um santuário, acessível somente aos eleitos e não trazidos para a praça pública, ao alcance de todos. O ousado editor revolucionava o comércio da inteligência, mostrando que o livro poderia ser lido por toda gente e vendido em qualquer parte e justificava sua posição da seguinte maneira: “[...] não sou literato, não pretendo ser, não aspiro a louros acadêmicos, glórias, bobagens. Faço livros e vendo-os porque há mercado para a mercadoria; exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os”<sup>8</sup>. Condenava os editores mais antigos que na sua opinião comportavam-se como armazenadores, pois depois de publicar uma obra jogavam-na em quaisquer prateleiras de velhas livrarias como se quisessem escondê-la e a edição demorava anos e anos para se esgotar.

Caminhando no sentido oposto ao dos demais empresários do ramo, um mês após seu lançamento, o *Urupês* de Lobato esgotou sua primeira tiragem, e ele imediatamente colocou nova edição no prelo. Com o sucesso de suas primeiras operações editoriais, Lobato pôde beneficiar seus amigos, aqueles do tempo do Cenáculo, e convidou Ricardo Gonçalves a publicar seu *Ipês* e Godofredo Rangel – juiz de direito por profissão, escritor e correspondente de Lobato para assuntos literários – a enviar-lhe os originais de *Vida Ociosa*.

Lobato editor afirmava seu desejo de publicar apenas autores inéditos, nacionais, revigorar a literatura brasileira. “Meu empenho é editar só os novos, mas novos de talento. Medalhão não me entra aqui. Que gosto soltar livros de múmias, acadêmicos, gente rançosa? Quero *tendrons*, brotos. Sinto-me velho, e para burro velho, pasto novo [...]”<sup>9</sup>. Quando essa notícia se espalhou, começaram a chover originais vindos de todos os cantos do país que aportavam ali na rua Boa Vista, ainda sede da *Revista do Brasil*, em busca de alguma chance de se tornarem livros. Essa imensidão de novos escritores deu ao país a impressão de uma verdadeira florescência literária. O que era um engano, uma vez que Lobato, segundo suas próprias palavras, não estava fazendo mais do que apresentar ao público uma série de originais que estavam metidos em gavetas, material que se conservava inédito durante muito tempo, pois “naquele tempo, para alguém editar

---

<sup>6</sup> Edgard Cavalheiro, *op. cit.*, p. 242.

<sup>7</sup> Leonel Vaz de Barros, *Páginas Vadias*, apud Alice M. Koshiyama, *Monteiro Lobato: Intelectual, Empresário, Editor*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1982, p. 72.

<sup>8</sup> Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, p. 403.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 424.

um livro tinha que possuir uma dessas qualidades: ser rico, ter prestígio junto a um medalhão, ou ser filho de pai ilustre”<sup>10</sup>.

Buscando matéria-prima de qualidade, Lobato escreveu a Lima Barreto – autor de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, que tinha lido e apreciado – prontificando-se a editar-lhe alguma obra. O escritor enviou-lhe os originais de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. O editor pensava estar fazendo um bom negócio, pois Lima Barreto era autor conhecido, no entanto os três mil exemplares da primeira edição encalharam. Lobato, culpando a capa pelo fracasso – “esverdeada e neutra que nem estrume de vaca” –, substituiu-a por uma alaranjada, inteiramente redesenhada, esperando com isso atrair o comprador; mas nem isso adiantou, o *Gonzaga de Sá* foi um fracasso comercial.

A iniciativa de mudar a capa mostra uma preocupação que será constante no editor: **a apresentação gráfica** de seus produtos. Suas capas ilustradas e coloridas fugirão completamente do padrão estabelecido na época e copiado do modelo francês, capas amarelas e tipográficas.

Em março de 1919, Lobato, muito empolgado, informava a Rangel como ia seu empreendimento:

Aqui morre-se de trabalhar. Já temos oficinas próprias e problemas operários. E firma registrada na Junta Comercial. Chamamo-nos na “praça” Olegário Ribeiro, Lobato & Cia. Limitada! A “Praça”! Uma coisa seríssima, Rangel. Temos dum lado, literariamente, o Público Ledor; e de outro, comercialmente, a Praça!... O próximo número da revista já será impresso em nossas oficinas, com tintas nossas, tipos nossos – e verás como melhorará de fatura<sup>11</sup>.

As oficinas próprias mencionadas representavam apenas uma tentativa de tipografia especializada na impressão de livros. Até 1920, o que se encontrava em São Paulo eram casas de obras, onde se imprimia de tudo – até mesmo livros!

Um ano após a aquisição da *Revista do Brasil*, em julho de 1919, Lobato constatou que a empresa possuía um ativo de setenta contos e zero de passivo, isso o induziu a tomar a coisa a sério e criar a Empresa Editora Revista do Brasil. Para ele, a *Revista* começou a prosperar “depois que se deslitteratizou, isto é, que se afastaram os homens de letras que a dirigiam. Agora já não há cabeças na redação; há bundas”<sup>12</sup>.

O editor era muito diferente do fazendeiro e escritor de 1916 que, indignado, apoiou o amigo Godofredo Rangel contra as censuras dos redatores de *O Estado de S. Paulo* dizendo “a pandilha do *Estado* recusa o teu ‘Legionários’ como indecente. Se fossem um bocadinho coerentes deviam recusar-se a si próprios, porque são indecentíssimos”<sup>13</sup>. No entanto, em 1919, ao receber um texto do mesmo Rangel, “Clamores Vãos”, que seria publicado na sua revista ele exclama:

Mas, Rangel, onde ficam minhas leitoras puritanas? [...] Se te publico [...] decaio e decai a revista no conceito de seus 3 mil assinantes envergonhadíssimos – gente que só faz as coisas atrás da porta. E esse meu rebanho é precioso. Tenho de evitar estouros de boiada. Mande-me coisa moral, com casamento no fim e dedo de Deus<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Monteiro Lobato, *Prefácios e Entrevistas*, p. 180.

<sup>11</sup> Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, p. 390.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 389.

<sup>13</sup> Cavalheiro *apud* Alice M. Koshiyama, *Monteiro Lobato*, p. 75.

<sup>14</sup> Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, p. 391.

Fatos como esses atestam que Lobato, embora reprovasse o gosto do consumidor leitor de livros, tratava, como empresário editor, de preencher essa solicitação do mercado, num comportamento perfeitamente coerente com a lógica do capital.

Mesmo com o periódico e a editora funcionando paralelamente, enquanto a revista ia mal – uma vez que assinantes, leitores e publicidade não correspondiam à excelente qualidade do mensário –, a editora só crescia. No ano de 1919 foram lançados cerca de quinze títulos, num total de sessenta mil exemplares, sendo que os iniciais foram:

<i>Urupês</i>	Monteiro Lobato
<i>Cidades Mortas</i>	Monteiro Lobato
<i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Monteiro Lobato
<i>Negrinha</i>	Monteiro Lobato
<i>Narizinho Arrebitado</i>	Monteiro Lobato
<i>Madame Pommery</i>	Hilário Tácito
<i>O Professor Jeremias</i>	Léo Vaz
<i>Alma Cabocla</i>	Paulo Setúbal
<i>Sem Crime</i>	Papi Júnior
<i>Populações Meridionais do Brasil</i>	Oliveira Viana
<i>Livro de Horas de Sórora Dolorosa</i>	Guilherme de Almeida
<i>Dias de Guerra e de Sertão</i>	Visconde de Taunay
<i>Histórias de Nossa História</i>	Viriato Correia
<i>Mistério</i>	Afrânio Peixoto

Ainda em 1919, no mês de julho, os trabalhadores da gráfica de Lobato declararam greve. Esse foi um dos sintomas da crise econômica que se manifestaria em setembro, a prosperidade que se seguira ao fim da guerra de 1914-1918 teve curta duração, os negócios paravam no Brasil como repercussão da recessão européia. Para Lobato, de todo modo, a conjuntura ainda era favorável, além das vantagens como editor, também conhecia o sucesso como escritor, e nesse mesmo ano planejava a quinta edição de *Urupês*. Não era para menos, afinal sua produção tinha um alcance nunca antes imaginado. Érico Veríssimo, que na década de 1920 vivia no Rio Grande do Sul, era leitor de *Urupês*, *Cidades Mortas* e da *Revista do Brasil*.

É preciso destacar, nessa mesma época, a atuação de Octalles Marcondes Ferreira, um rapaz de cerca de dezoito anos. O jovem impressionara tanto Lobato, que este atendeu ao seu pedido de participação na sociedade da empresa apenas alguns meses depois de tê-lo contratado como guarda-livros e apesar de ele não dispor de nenhum capital. Definido pelo editor como “uma fera de menino que quer ficar Matarazzo e tem mais negócios na cabeça que o Frango Sura tem piolhos na trunfa. Até com o xadrez da minha sala ele implicou”<sup>15</sup>, Lobato passou cada vez mais a depender do rapaz, consciente de que o realismo comercial dele era um meio vital de neutralizar seu próprio idealismo superotimista.

O xadrez – que Octalles tanto repreendia – era um velho hábito que havia sido transmitido da redação da *Revista do Brasil* para a editora, que acabava funcionando como uma espécie de clube; pela manhã o expediente era normal, mas à tarde tudo parava por conta do xadrez, artistas e intelectuais iam à rua Boa Vista para uma boa conversa e talvez uma partida.

A partir de 1920 as obras editadas por Lobato começaram a levar o selo Monteiro Lobato & Cia., embora por um certo período, algumas ainda continuassem a ser publicadas sob a chancela de Edições da Revista do Brasil.

---

<sup>15</sup> Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, p. 405.

Abaixo segue uma lista<sup>16</sup> das editoras da cidade de São Paulo que estavam atuando nesse mesmo ano, delas a Monteiro Lobato & Cia. era a *única* firma dedicada exclusivamente à produção de livros – a Melhoramentos era fundamentalmente produtora de papel e as demais, livrarias – e a que publicou, proporcionalmente, títulos culturalmente mais significativos nas mais diversas áreas, ao passo que as demais especializaram-se em livros didáticos ou em outros campos limitados.

*EDITORAS GERAIS, COM ÊNFASE EM LITERATURA*

Monteiro Lobato & Cia.	15 títulos com 56.000 exemplares
Casa Editora “O Livro”	5 títulos com 7.000 exemplares

*EDITORA GERAL, COM INTERESSE ESPECIAL EM LIVROS INFANTIS*

Cia. Melhoramentos	35 títulos com 144.700 exemplares
--------------------	-----------------------------------

*EDITORAS DE LITERATURA, LIVROS DIDÁTICOS, JURÍDICOS E ASSUNTOS COMERCIAIS*

Soc. Ed. Olegário Ribeiro	12 títulos com 41.700 exemplares
Saraiva & Cia.	8 títulos com 3.000 exemplares

*EDITORA DE LIVROS DIDÁTICOS, JURÍDICOS E OBRAS POPULARES*

C. Teixeira e Cia.	10 títulos com 23.500 exemplares
--------------------	----------------------------------

*EDITORAS PRIMORDIALMENTE DE LIVROS DIDÁTICOS*

Paulo de Azevedo e Cia.	32 títulos com 113.000 exemplares
Augusto Siqueira e Cia.	26 títulos com 156.000 exemplares
Liceu Coração de Jesus	9 títulos com 24.000 exemplares

*EDITORA PRIMORDIALMENTE SOBRE ASSUNTOS COMERCIAIS*

Empresa Editora Brasileira	9 títulos com 35.100 exemplares
----------------------------	---------------------------------

*EDITORAS PRIMORDIALMENTE DE LIVROS POPULARES*

Livraria Magalhães	13 títulos com 100.000 exemplares
D. Silva	11 títulos com 60.000 exemplares
Antônio F. de Moraes	8 títulos com 32.000 exemplares

*EDITORA ESPECIALIZADA EM ASSUNTOS AGRÍCOLAS*

Empresa Editora “Chácaras e Quintais”	8 títulos com 80.000 exemplares
---------------------------------------	---------------------------------

*EDITORA ESPECIALIZADA EM OBRAS SOBRE ESPIRITUALISMO E OCULTISMO*

Empresa Editora “O Pensamento”	8 títulos com 25.000 exemplares
--------------------------------	---------------------------------

O total dessa lista é de 901.000 exemplares publicadas no ano, desses, 361.200 são de didáticos; 140.100 de campos específicos; 192.000 de obras populares e 207.700 de interesse geral. No entanto, dentro de interesse geral, 144.700 são mais especificamente obras infantis e apenas 63.000 são literatura. Dentro de literatura, Monteiro Lobato & Cia. é imperativa, com 56.000 exemplares.

Havia, então, muitos protestos contra a literatura importada, mas a maior parte das ofertas nas livrarias ainda era de autores estrangeiros traduzidos. Na opinião de Lobato, era necessário mais obras brasileiras, e além disso, era imperativo nacionalizar a língua portuguesa, era preciso escrever da mesma forma que se falava (de certo modo, suas idéias eram as mesmas dos modernistas da futura semana de 1922, embora se saiba

<sup>16</sup> Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1985, p. 255.

que a relação entre eles será sempre conturbada e especialmente tensa com Mário de Andrade).

Percebendo a necessidade de conquistar um público voltado para a produção estrangeira, Lobato decidiu cultivar o leitor infantil, inclusive introduzindo literatura nas escolas primárias. O primeiro livro que editou para crianças, *Narizinho Arrebitado*, de sua própria autoria, trazia no frontispício uma informação esclarecedora: “literatura escolar” e também, para não se destacar dos demais concorrentes, seu formato era o mesmo das demais obras de literatura escolar. A primeira edição de *Narizinho* foi de impressionantes 50.500 exemplares, dos quais quinhentos foram doados para escolas públicas. Mal sabia o autor, mas essa medida garantiu que toda monstruosa tiragem fosse esgotada. Certa vez, Washington Luís, na época presidente da República, ao percorrer a rede de ensino com seu secretário do Interior, Alarico Silveira, surpreendeu-se com o interesse dos alunos por um livro muito “sujinho e surrado”. Certo de que o livrinho estava tão escangalhado porque as crianças gostavam dele, pediu a seu secretário que fizesse uma compra grande e o distribuísse pelas escolas. Dois dias depois, Lobato entregava 30 mil exemplares de *Narizinho* no almoxarifado do departamento de Alarico, uma avalanche nasal, em suas próprias palavras. Além desse sucesso como autor, em 1921 Lobato registrava o lançamento da tradução para o espanhol de *Urupês*, e, como editor, seu êxito não foi menor, no primeiro semestre desse mesmo ano lançou trinta títulos.

O ano de 1922 começava e Lobato assumia a condição de empresário como dominante em sua vida, em janeiro informava a Rangel as conseqüências do crescimento de sua firma:

Aqui vivi-se e muda-se. Mudamo-nos para a rua S. Efigênia 3-A – um grande armazém térreo onde adquirimos a feição normal dos grandes negociantes de cebola. Vendemos cebolas literárias. [...] Adeus, rua Boa Vista 52, onde comecei como um espermatozoário! Adeus salinha do xadrez, com os meus surdos, e o Maneco, e o Neiva, e tanta coisa já saudosa! Aquilo lá ainda era “arte”. Aqui na Santa Efigênia já somos só cebolas. O “Monteiro Lobato & Cia.” já está chegando ao fim<sup>17</sup>.

Ainda em 1922, em maio, a editora sofre nova ampliação em suas instalações, o que obriga a uma nova mudança, agora para a rua dos Gusmões. No final do mesmo ano, houve um aumento do capital da empresa para mil contos com a admissão de vários sócios comanditários, entre eles Paulo Prado. Foi assim que o modernista, patrocinador financeiro e espiritual da Semana de Arte Moderna, “ponta de lança da burguesia paulista”, passou a participar dos negócios geridos por Monteiro Lobato.

No fim de 1923 os livreiros reclamavam da queda na venda de livros e Lobato, desolado, entendia “câmbio infame, aperto geral, vida cara. Não há sobras nos orçamentos para a compra dessa absoluta inutilidade chamada ‘livro’. *Primo vivere*”<sup>18</sup>. Nesse quadro econômico desfavorável e agora dirigindo uma empresa de vários acionistas, Lobato foi obrigado a pensar em diretrizes financeiramente mais rentáveis, e em dezembro decidia: “Estamos rareando as edições literárias para a intensificação das escolares. O bom negócio é o didático. Todos os editores começam com a literatura geral e por fim se fecham na didática: veja o Alves”<sup>19</sup>.

A crise econômica em fins de 1923 era o desfecho de uma tendência já observada no panorama internacional entre 1919 e 1920, época em que os empresários

---

<sup>17</sup> Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, p. 429.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 441.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*.

da agricultura, do comércio e da indústria, defendendo seus interesses, fizeram com que o governo criasse a carteira de descontos do Banco do Brasil. A instituição promovia o desconto das letras de câmbio e notas promissórias e fazia empréstimos. Assim, o precário equilíbrio dos negócios das classes dirigentes era feito a expensas do governo.

A pesar dos problemas na economia nacional, Monteiro Lobato decidiu mais uma vez ampliar seus negócios, planejando mudança para um grande prédio próprio no Brás, compras de máquinas e até, se tudo desse certo, iniciar a impressão de livros em branco para fins comerciais. E insistia em sua disposição de imitar o bem-sucedido Francisco Alves, privilegiando a produção de material didático.

O novo prédio da empresa da editora e gráfica fora construído, em 1924, na rua Brigadeiro Machado, no Brás, com cinco mil metros quadrados de área coberta e abrigando modernas máquinas tipográficas, sobre as quais comenta:

[...] os primeiros monotipos entrados em S. Paulo. O linotipo compõe linhas inteiras; o monotipo funde tipo por tipo. Maravilha. Mas as oficinas esperam dar uma tacada na fabricação de livros em branco – esses livralhões comerciais. Livros em branco! O antigo Lobato do *Saci* e dos *Urupês* metido numa sociedade anônima para fabricação de livros em branco! Pobres autores nacionais! Até um colega não quer saber de editá-los. Que o Octalles aceitasse a situação, compreende-se; ele não é escritor. Mas o pai do Jeca, o autor dos *Urupês*? Isto cheira-me a deserção das mais indecorosas, Rangel. [...] E às vezes me dá um medo. E se o arranha-céu desaba? Nós, que lá na rua Boa Vista não devíamos um vintém, agora devemos milhares de contos. Há lá um mundo de linotipos e prelos e o diabo, adquiridos a prazo<sup>20</sup>.

É fácil compreender as apreensões do editor e por que ele virara às costas aos escritores nacionais, afinal ele, mesmo em um país que passava por um colapso econômico, precisava aumentar o faturamento de sua empresa para bancar seu crescimento.

E enquanto entregava a direção da *Revista* a Paulo Prado e a Sergio Milliet, já que precisava se concentrar somente na produção da editora, reafirmava: “fechamos a torneira aos poetas e literatos nacionais de segunda classe. Só editaremos gente de primeira e as boas coisas da literatura universal”<sup>21</sup>, que não por acaso liberavam-no do pagamento de direitos autorais. Nesse momento a Monteiro Lobato & Cia. passa a adotar a denominação Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, com escritórios também no primeiro andar do Palacete São Paulo, na Praça da Sé, número 34.

O catálogo de 1924 da editora mostrava que o empenho do editor em publicar inundara o país de livros de diversas áreas, cujos autores eram:

*ROMANCES*

Manuel Antônio de Almeida  
Rodolfo Teófilo  
Léo Vaz  
Hilário Tácito  
Oswald de Andrade  
Carlos Dias Fernandes  
Mário Sete  
José Antônio Nogueira  
Godofredo Rangel  
Veiga Miranda  
Paulo Setúbal

*POESIAS*

Alfonsus de Guimarães  
Vicente de Carvalho  
Menotti del Picchia  
Ricardo Gonçalves  
Cleómenes Campos  
Francisca Júlia  
Paulo Setúbal  
Maria Eugênia Celso  
Rosalina Coelho Lisboa  
Ribeiro Couto  
Medeiros e Albuquerque

*ENSAIOS E ESTUDOS*

Graça Aranha  
Nestor Vitor  
Martim Francisco  
Alcides Maia  
Miguel Osório de Almeida  
Gilberto Amado  
Almaquino Dinis  
Fábio Luz  
Artur Mota  
João Pinto da Silva  
Amadeu Amaral

<sup>20</sup> *Idem*, p. 446.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 447.



Lima Barreto  
Menotti del Picchia  
Júlio Ribeiro  
Visconde de Taunay  
Manuel Galvez  
Canto e Melo  
Afonso Schmidt  
Coelho Neto

Cesídio Ambrogi  
Oswaldo Orico

Sud Menucci

*CONTOS*

Ribeiro Couto  
Roque Callage  
Álvaro Moreira  
Léo Vaz  
Carvalho Ramos  
Valdomiro Silveira  
Godofredo Rangel  
Humberto de Campos  
Gustavo Barroso  
Cornélio Pires

*OBRAS DE FILOLOGIA*

João Ribeiro  
Assis Cintra  
Agenor Silveira

*SOCIOLOGIA*

Oliveira Viana  
Sampaio Dória  
Ingenieros

Dando o máximo de si em seu trabalho, Lobato não contava com várias adversidades que atrapalhariam seus planos de quitar as dívidas e crescer ainda mais. A primeira delas foi a revolução dos tenentes em São Paulo, liderados pelo general Isidoro Dias Lopes, que paralisou as atividades de sua empresa durante um mês. Sobre o acontecimento, ele comenta: “Felizmente nada de grave nos aconteceu. Todos os cães estão vivos. Lá nas nossas oficinas da rua Brigadeiro, só duas granadas legalistas e marcas dumas 200 balas de carabina. Depois da debandada geral e da parada à força, já retomamos o trabalho”<sup>22</sup>. Em junho de 1925, Monteiro Lobato é surpreendido pelo segundo grande fato que viria a agravar ainda mais o quadro da editora:

A situação piora. A Light, que prometera restabelecer a força este mês avisa hoje que fará nova redução na energia fornecida. Só podemos trabalhar agora dois dias por semana! E como a horrenda seca que determinou essa calamidade continua, é voz geral que teremos completa supressão da força em novembro. O desastre que isso representa para S. Paulo é imenso; e como se juntou à crise da energia elétrica a crise de água da Cantareira e a crise bancária, o mal é enorme. Até o recurso de montarmos um motor Diesel falhou; depois de assentado, faltou-nos água para o resfriamento... Verdadeira calamidade, Rangel. O mesmo que um daqueles terremotos do Japão. Estou pensando em mudar-me, continue ou não com a empresa editora. Mudar-me para a beira dum rio – para a beira do Amazonas – do Mississipi... Isto de *secar* à moda cearense é horrível<sup>23</sup>.

Para cobrir as dívidas que iam aumentando com a paralisação das atividades, Monteiro Lobato tentou obter créditos em bancos, o que não foi possível em vista da situação econômica vigente. E como se não bastasse a própria crise em que se viam envolvidos, ocorre uma brusca mudança na política econômica de Artur Bernardes. Na tentativa de estabilizar a moeda, o governo baixa um pacote de medidas, desvaloriza o mil-réis e suspende o redesconto de títulos pelo Banco do Brasil. Lobato diz como essa medida o atingiu: “Certa manhã, ao entrarmos no escritório, demos com uma série de avisos dos nossos bancos: estava suspenso o desconto das duplicatas. Um enorme buraco financeiro abria-se assim diante de nós num momento em que estávamos com as

<sup>22</sup> *Idem*, p. 446.

<sup>23</sup> *Idem*, pp. 454-455.

oficinas a um terço da produção”<sup>24</sup>. Em agosto, ele via apenas duas alternativas para seus negócios: concordata ou falência. Ele torcia pela falência pois pretendia começar uma nova empresa apenas com Octalles, sem aquela vasta lista de sócios da Monteiro Lobato & Cia., e foi o que realmente aconteceu.

A falência não foi um bom negócio para Lobato, que perdeu quinhentos contos e ficou devendo, inclusive, dinheiro que não recebera, que tinha sido aplicado em ações da companhia da qual ele era apenas diretor. Todos os seus bens pessoais foram a leilão, rendendo os livros, quadros, estantes e secretária cerca de quinze contos. O piano, a máquina de costura e um vaso não encontraram compradores. O caso de Monteiro Lobato não foi isolado, pois outros empresários, a maioria fabricantes menores, também faliram.

Da massa falida da empresa de Lobato, venderam todo o acervo gráfico para duas instituições recém-fundadas: São Paulo Editora e Editora e Gráfica Revista dos Tribunais. Quarenta anos depois, parte desse equipamento ainda estava em uso. O acervo editorial da empresa falida, no entanto, interessava muito aos seus ex-proprietários que tencionavam montar com ele a Companhia Editora Nacional.

No fim de setembro de 1925 Lobato informava sua partida para o Rio de Janeiro, dizendo que a nova editora iria ter sua sede lá. No início de 1926 ele adquiria o acervo – restos da antiga editora – dando como entrada o dinheiro da venda de uma casa lotérica sua e de Octalles. O primeiro livro editado pela nova empresa, que continuava com endereço também em São Paulo dirigido por Octalles, foi *Meu Cativo entre os Selvagens do Brasil*, de Hans Staden.

A Monteiro Lobato & Cia. significou muito para o mercado nacional:

Enquanto Lobato tudo perdera, as atividades editoriais brasileiras ganharam horizontes jamais suspeitados. A Gráfico-Editora que chegava à falência depois de quase sete anos de luta, sonho grande demais para caber na mesquinhez e chatice do cenário provinciano de então, falhara num só ponto: antecipar-se no tempo. Nelson Palma Travassos diz que Lobato lançou a exploração de uma indústria livreira que se tornou exequível, exatamente dentro das normas traçadas por ele, somente dez anos depois. E que a oficina gráfica planejada e realizada, também só se tornou de possível funcionamento, daí a vinte anos<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Monteiro Lobato, *Prefácios e Entrevistas*, pp. 182-183.

<sup>25</sup> Edgard Cavalheiro, *op. cit.*, p. 260.